

Senhor(a) Deputado(a),

O Brasil vem sofrendo com um “apagão” das licenciaturas, pois, cada vez menos pessoas aspiram à carreira docente em função da desvalorização da profissão, baixos salários e os inúmeros desafios enfrentados pelo professor(a) em sala de aula. Além disso, a formação de novos professoras(es) é insuficiente para a demanda e precisa ser requalificada, com base nos determinantes legais e nas exigências curriculares.

No sentido de fazer esse enfrentamento, desde 2007, o MEC e a CAPES vêm ofertando possibilidades de ampliar, valorizar e melhorar a formação de professoras(es) com iniciativas como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID e, recentemente, o Residência Pedagógica. Ambos configuram como importantes ações de uma política pública de alto impacto na qualidade da formação de professoras(es) e, por conseguinte, da Educação Básica.

Inúmeros são os impactos dos programas, pesquisas em âmbito nacional apontam que mais 64% dos egressos do Pibid, por exemplo, se inseriram na Educação Básica, a maioria nas redes públicas de ensino e como docentes permanentes. A iniciativa da Capes, portanto, promove a vinculação dos egressos das licenciaturas com a Escola Pública. Além desse dado, há um sem número de livros, dissertações, teses e artigos acadêmicos que apontam as vicissitudes dos programas e ressaltam sua importância para a formação inicial de professoras(es).

Por outro lado, são constantes as tentativas de fragilizar uma política que tanto faz em prol da formação de professoras(es). O exemplo recente foi a autorização por ofício de início das atividades a partir de agosto de 2020 e até novembro de 2020, a depender da situação de funcionamento das IES e das Redes de Ensino. Após todos os esforços institucionais para início no primeiro ou no segundo estrato, algumas já em andamento, a Capes publica portaria em Diário Oficial alterando o início para outubro ou novembro de 2020. A medida

causou extrema perplexidade e indignação, mas, sobretudo, insegurança sobre o início das atividades.

Diante desse encaminhamento, que desconsidera e desrespeita todos os esforços direcionados para viabilização dos projetos, tais como: contato e interlocuções com secretarias de educação estadual e municipal, contato com os licenciados, abertura de editais de seleção de bolsistas das diferentes áreas de conhecimento, interlocuções com os professores da educação básica, abertura de editais para preceptores e supervisores, dentre outras ações que incidiram diretamente nas decisões tanto nos aspectos da vida acadêmica, de vários licenciados, quanto na vida pessoal, pois fizeram planos, projeções, outras preocupações se fazem presentes quanto ao futuro desses programas. Seriam esses encaminhamentos o prenúncio do fim dos programas?

É sobre esse questionamento que nos mobilizamos e solicitamos o vosso apoio e engajamento para garantias de início imediato, consolidação e, em especial, encaminhamento de medidas que tornem esses programas como políticas de Estado. Vale frisar que tais programas são essenciais para a formação de professoras(es), principalmente se considerarmos o atual contexto de isolamento social, atividades remotas e acentuada evasão nos cursos de licenciatura.

Diretório Nacional do Forpibid-rp